**COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**ATA ORDINÁRIA 006/2021**

**PERÍODO ORDINÁRIO**

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA**

**6.ª LEGISLATURA**

**Aceguá, 17 de maio de 2021**

Aos dezessete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, às dez horas e quinze minutos, tendo como local o Plenarinho Aldo Cantarelli, da Câmara Municipal de Vereadores de Aceguá, reuniram-se conjuntamente as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Orçamento, sob a Presidência do Vereador Alex Castillo de Los Santos-PSD, e com a presença dos demais componentes, pela CCJ: Vereadores Renato Souza da Silva-MDB e Jacqueline Ferreira-PSDB; pela CFO: Vereadores Dalmiro Almeida-PP, Presidente; Júlio César Porciúncula Lemos-MDB, Relator e Jair Ardenchy, Secretário. A reunião contou, ainda, com a presença do Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, Pedro Anildo Ardenghy, em atendimento ao requerimento protocolado sob n.º 0358/2021, que se fez acompanhar da Diretora Administrativa da Secretaria, Miriam Valério. De imediato, o Presidente procedeu a leitura da Ata da reunião anterior, que após discussão e votação foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, o Presidente inverteu a ordem de apreciação dos projetos, visando ouvir os representantes do Poder Executivo, com relação ao PL n.º 021/2021, atinente à pasta. Após respondidas todas as questões formuladas pelos integrantes das Comissões, o Presidente agradeceu a presença do Secretário, convidando-o a permanecer na reunião. A seguir, procedeu a leitura do expediente para que pudesse ser exarado o PARECER, sobre o seguinte: PL n.º 021/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Autoriza a contratação emergencial de serviços gerais”. Voto do Relator da CCJ: Pela constitucionalidade. Voto do Relator da CFO. Pela tramitação regimental e aprovação da matéria, ambos nos termos do Art. 37 do Regimento Interno. Parecer das Comissões: Mantêm o voto dos relatores. Coube a relatoria pela CCJ, ao Vereador Renato Souza da Silva; PL n.º 018/2021 – Do PODER EXECUTIVO – “Cria ação e programa no PPA e LDO e autoriza abertura de crédito adicional de natureza especial no valor de R$377.421,36”. Após considerações, as Comissões decidiram solicitar à Mesa Diretora, mediante requerimento protocolado sob n.º 0477/2021, o envio de expediente ao Poder Executivo, solicitando a presença do Diretor Administrativo da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na reunião das Comissões, preferencialmente, dia 24/05/2021, às 10h, para prestar esclarecimentos sobre o mencionado projeto. Da mesma forma, decidiram requerer à Mesa Diretora, a interrupção de tramitação do citado projeto, conforme requerimento de n.º 0478/2021, até a vinda do Diretor Administrativo da SMSAS, na reunião das Comissões. Foi designada relatora, nesse Projeto, a Vereadora Jacqueline Ferreira. Prosseguindo, a Comissão de Finanças e Orçamento, decidiu requerer à Mesa Diretora, mediante protocolo n.º 0479/2021, a realização de Audiência Pública, às 10h, do dia 26/05/2021, para a apresentação e avaliação da gestão fiscal e metas fiscais do Poder Executivo, referentes ao 1.º Quadrimestre/2021, em atendimento ao disposto no Art. 9.º, § 4.º da Lei Complementar n.º 101/2000. Na sequência, o Relator da CFO, apresentou seu Relatório e Parecer, relativamente a Audiência Pública, realizada em 26 de fevereiro, do corrente ano, relativamente ao 3.º Quadrimestre/2020, cujo PARECER CONCLUSIVO vai a seguir transcrito: o Relator da Comissão de Finanças e Orçamento, emite PARECER APROVANDO o cumprimento das metas apresentadas nesta Audiência Pública, considerando atendidas as exigências do Artigo 9.º, parágrafo 4.º, a lei de Responsabilidade Fiscal. Colocado em votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião.

 Presidente Secretário (a)